

Como nunca se viu: Câmara vota hoje dois pedidos de Impeachment

MAIS UM requerimento foi entregue ao legislativo na manhã desta quarta

MÁRCIO REINHEIMER
marcio@jornalbia.com.br

Pela primeira vez na história de Montenegro – e possivelmente na da maioria das cidades brasileiras – a Câmara vota, numa mesma sessão, dois requerimentos pela instalação de processos de cassação do prefeito. O primeiro pedido foi formulado pelo líder comunitário João Santos, que deseja punir Kadu Müller por não ter atualizado a legislação do Plano Diretor. O segundo foi apresentado na manhã desta quarta-feira, 5, pela secretária Leticia da Silva, denunciando o pagamento de “propina” ao chefe do Executivo e outros agentes do governo.

Leticia compareceu à sede da Câmara acompanhada do advogado Alexandre Alves. Ela ficou na Usina por apenas 15 minutos, tempo suficiente para protocolar o requerimento, e saiu sem falar com a imprensa. Seu defensor também foi econômico nas palavras e não quis detalhar a denúncia. Limitou-se apenas a confirmar que as irregularidades giram em torno do contrato entre a Prefeitura e a Komac Rental, que desde 2012 realiza a coleta do lixo



Leticia da Silva entregou a documentação na Câmara junto com seu advogado

domiciliar em Montenegro.

O documento entregue aos vereadores “requeita” denúncias que já haviam sido apresentadas duas vezes pelo ex-funcionário da Prefeitura Alex Sandro da Silva. Na primeira vez, a instalação do processo foi rejeitada e, na segunda, o autor retirou o pedido antes de ir à votação. Segundo Leticia, que era funcionária da Komac, em 2018, a direção solicitou um reajuste nos valores que recebia pela coleta do lixo, a fim de elevar a fatura mensal para até R\$ 300 mil. Inicialmente, a solicitação foi rejeitada pela Procuradoria Geral do Município. Contudo, a direção da empresa foi até o Palácio Rio

Branco, onde se reuniu com o prefeito, e alguns de seus assessores mais próximos. Segundo Leticia, eles teriam concordado com o reajuste, desde que recebessem R\$ 150 mil como propina.

A denunciante afirma que, na condição de funcionária da Komac, era em sua conta que a empresa depositava o dinheiro e ela o repassava a um ex-secretário, para posterior divisão com os demais envolvidos. No entanto, Leticia afirma que, no ano de 2019, somente R\$ 40 mil foram movimentados em sua conta com este objetivo. Quando as primeiras denúncias chegaram à Câmara, sentindo-se ameaçada, ela deixou a Komac.

Além das seis páginas contendo o requerimento, a denunciante entregou cópias de extratos bancários, um vídeo com imagens de um ex-secretário e atas notariais com transcrições de conversas de Whatsapp. Nos diálogos, os interlocutores são seus superiores na empresa e o prefeito Kadu. Todo este material já havia sido apresentado por Alex Sandro da Silva e serve de base para uma CPI que irá investigar os fatos, assim como, apurar a autenticidade de todas estas peças. Caso o requerimento seja aprovado, a abertura da CPI, por ter como alvo o mesmo objeto, deve ser suspensa. Os trabalhos ainda não iniciaram.